APS - Assistência Personalizada à Saúde Ltda.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2022

Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	4
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021	13

APS ASSISTÊNCIA PERSONALIZADA A SAUDE LTDA
C.N.P.J – 00.539.806/0001-52 Registro ANS nº 40670-8

Relatório da Administração

Senhores quotistas,

A APS Assistência Personalizada a Saúde Ltda 2022 com 2,0 mil beneficiários, acompanhando a tendência de investimento crescente em rede própria de serviços na saúde suplementar. O modelo leva a mais eficiência na prestação do serviço, garante um acompanhamento mais próximo da jornada do paciente e possibilita um maior controle sobre custos, o que tem reflexos diretos em mais acesso à saúde suplementar para a população do interior do estado da região de Vinhedo.

Nós nos dedicamos, ao longo do ano, à integração da rede de ambulatórios, dos serviços auxiliares de diagnóstico e tratamento e das unidades hospitalares dentro dos padrões preconizados pelas certificadoras internacionais.

Áreas estratégicas como governança clínica, atendimento ao beneficiário, gestão de pessoas e modelos de credenciamento tiveram atenção especial, assegurando crescimento em indicadores essenciais como experiência dos nossos pacientes, dos beneficiários, dos colaboradores e dos profissionais de saúde, com destaque para os programas dedicados aos portadores de doenças crônicas e pacientes com mais de 60 anos.

A Operadora apurou nos anos de 2022 e 2021 resultado bruto expressos em Reais, conforme segue:

	2021	2022	Variação
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde	11.068.564	11.682.886	-5%
Eventos indenizáveis líquidos	(11.172.175)	(14.326.032)	-22%
	(103.611)	(2.643.146)	

Em 2022, a Operadora registrou lucro líquido no exercício de R$ 56.813.765 os quais foram destinados a reserva de lucros.

Expressamos nossos agradecimentos aos acionistas, clientes, fornecedores, prestadores de serviços e equipe de colaboradores que, com empenho e dedicação, tornaram esses resultados possíveis.

Jundiaí, 29 de março de 2023.

A Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Rua Voluntários da Pátria, 89 - 5º andar
Salas 503 e 504 - Botafogo (RJ) Brasil

T +55 21 3512-4100

Aos Administradores e Quotistas da
APS - Assistência Personalizada à Saúde Ltda.
Jundiaí – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da APS - Assistência Personalizada à Saúde Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da APS - Assistência Personalizada à Saúde Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada, "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

© 2023 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados

Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis correspondentes

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 2.21. às demonstrações contábeis, em decorrência da transferência de carteira de beneficiários para partes relacionadas, considerada como operação descontinuada nos termos da NBC TG 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operações Descontinuadas, a Sociedade ajustou e está reapresentando a demonstração do resultado correspondente para fins de comparação, nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8 – *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram examinados por nós, cujo relatório datado em 29 de março de 2022, continha ênfase relacionada ao processo, em andamento, da alienação da Sociedade junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, que não se concretizou no exercício de 2022 e transferência de carteira de beneficiários para partes relacionadas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

© 2023 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2023.

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Ana Cristina Linhares Areosa
Contadora CRC 1RJ-081.409/O-3

© 2023 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados

APS Assistência Médica Personalizada a Saúde Ltda

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante		**511.532.080**	**2.371.592.541**
Disponível		520.328	13.846
Realizável		**511.011.752**	**2.371.578.695**
Aplicações financeiras	**3**	**466.741.590**	**2.369.695.545**
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		273.122.116	5.854.782
Aplicações livres		193.619.473	2.363.840.764
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	**4**	**308.167**	**837.812**
Contraprestação pecuniária a receber		308.167	766.206
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		-	71.607
Créditos tributários e previdenciários	**5**	43.911.308	696.766
Bens e títulos a receber		50.687	348.571
Ativo não circulante		**585.426**	**47.098**
Realizável a longo prazo		**534.973**	**-**
Depósitos judiciais e fiscais	**11.3**	534.973	-
Imobilizado	**6**	**50.452**	**47.098**
Imobilizado de uso próprio		**39.058**	**45.390**
Imobilizado - hospitalares		37.951	43.680
Imobilizado - não hospitalares		1.107	1.710
Outras imobilizações		-	1.709
Direito de uso de rrendamentos		11.394	-
Total do ativo		**512.117.506**	**2.371.639.639**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

APS Assistência Médica Personalizada a Saúde Ltda

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

PASSIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante		**34.552.467**	**5.865.767**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	**7**	**25.561.440**	**5.613.151**
Provisão de Contraprestações Não Ganha - PCNG		289.848	359.842
Provisão de Insuficiência de Prêmios/Contraprestações		2.804.082	-
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS		110.939	46.482
Provisão Para Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		1.019.401	2.691.063
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA		21.337.171	2.515.763
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		**29.490**	**20.947**
Receita Antecipada de Contraprestações		26.562	20.947
Comercialização sobre as Operações		2.927	-
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	8	624.484	109.542
Débitos Diversos	9	8.337.053	122.127
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**3.515.757**	**321.608**
Provisões		**3.497.566**	**321.608**
Provisões para Ações Judiciais	11	3.497.566	321.608
Débitos Diversos		18.191	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	**474.049.283**	**2.365.452.263**
Capital Social		416.129.079	2.364.345.825
Reservas de Lucros		57.920.204	1.106.438
Total do passivo		**512.117.506**	**2.371.639.639**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

APS Assistência Médica Personalizada a Saúde Ltda

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Nota	31/12/2022	Reapresentado 31/12/2021
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde		**11.068.564**	**11.682.886**
Receita com Operações de Assistência à Saúde		**11.337.268**	**12.414.240**
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		11.337.268	12.414.240
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		-	-
(-)Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde Operadora		(268.704)	(731.354)
Eventos indenizáveis líquidos		**(11.172.175)**	**(14.326.032)**
Eventos Conhecidos ou Avisados		(11.613.690)	(12.803.318)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		441.515	(1.522.714)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		**(103.611)**	**(2.643.146)**
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência a Saúde		144	1.003
Receitas de Assist.à Saúde Não Relac.com Planos de Saúde da Operadora	**13**	**7.378**	**34.001**
Outras Receitas Operacionais		7.378	34.001
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	**14**	**(770.171)**	**(134.662)**
Outras Despesas Oper.de com Planos de Saúde		(435.199)	(160.761)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(334.972)	26.098
Outras Despesas Oper.de Assist.à Saúde Não Relac.com Planos de Saúde da Operadora	**15**	(681.549)	(382.751)
Resultado bruto		**(1.547.810)**	**(3.125.556)**
Despesas de Comercialização		(185.920)	(443.979)
Despesas Administrativas	**16**	(1.535.101)	(1.724.434)
Resultado financeiro líquido	**17**	**2.812.013**	**2.692.312**
Receitas Financeiras		2.857.557	2.699.092
Despesas Financeiras		(45.544)	(6.780)
RESULTADO OPERACIONAL		**(456.818)**	**(2.601.656)**
Resultado Patrimonial		**(1.686)**	**-**
Despesas Patrimoniais		(1.686)	-
Resultado antes dos impostos e participações		**(458.503)**	**(2.601.656)**
Imposto de Renda	**18**	(146.593)	-
Contribuição Social	**18**	(43.416)	-
Prejuízo proveniente das operações continuadas		**(648.512)**	**(2.601.656)**
Lucro líquido (prejuízo) proveniente das operações descontinuadas		**57.462.277**	**2.510.592**
Operações discontinuadas - Carteira Individual Amil		56.430.882	-
Operações discontinuadas - Carteira Pessoa Jurídica para Sobam		1.031.396	-
Resultado líquido do exercício		**56.813.765**	**(91.064)**
		-	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

APS Assistência Médica Personalizada a Saúde Ltda

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido do exercício	**56.813.765**	**(91.064)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**56.813.765**	**(91.064)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

APS Assistência Médica Personalizada a Saúde Ltda

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Notas	Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
					-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		**3.312.000**	**5.764.713**	**6.466.612**	**15.543.326**
Integralização de capital	**12.1**	2.350.000.002	-	-	2.350.000.002
Transferência de Reserva de Lucros para Integralização de Capital	**12.1**	4.567.210	(4.567.210)	-	-
Transferência de Lucros Acumulados para Integralização de Capital	**12.1**	6.466.612	-	(6.466.612)	-
Resultado Líquido do Exercício		-	-	(91.064)	(91.064)
Absorção do Prejuízo do Exercício com Reserva de Lucros	**12.2**	-	(91.064)	91.064	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		**2.364.345.825**	**1.106.438**	**-**	**2.365.452.263**
Cisão Parcial do Capital Social	**12.1**	(2.148.216.747)	-	-	(2.148.216.747)
Resultado Líquido do Exercício				56.813.765	56.813.765
Integralização de Capital	**12.1**	200.000.000	-	-	200.000.000
Transferência para Reserva de lucros		-	56.813.765	(56.813.765)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		**416.129.079**	**57.920.204**	**-**	**474.049.283**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

APS Assistência Médica Personalizada a Saúde Ltda

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de Plano Saúde (+)	15.049.139	29.076.997
Resgate de Aplicações Financeiras (+)	5.578.269.705	27.686.569
Outros Recebimentos Operacionais (+)	1.086.767.097	112.667
Pagamento a Fornecedores/Prestad. de Serv. de Saúde (-)	557.030.996	25.885.026
Pagamento e Comissões (-)	105.022	443.979
Pagamento a Pessoal (-)	-	276.290
Pagamento de Serviços Terceiros (-)	73.421.885	320.271
Pagamento de Tributos (-)	62.494.302	2.271.076
Pagamentos de Contingências Cíveis/Trabalhistas/Tributárias (-)	13.065	15.737
Pagamento de Aluguel (-)	289.375	266.158
Aplicação Financeira (-)	3.435.033.777	2.377.099.670
Outros Pagamentos Operacionais (-)	2.751.190.626	310.471
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(199.493.108)**	**(2.350.012.446)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização Capital em Dinheiro (+)	200.000.000	2.350.000.002
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**200.000.000**	**2.350.000.002**
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	**506.892**	**(12.444)**
CAIXA - Saldo Inicial	**13.436**	**25.880**
CAIXA - Saldo Final	**520.328**	**13.436**
ATIVOS LIVRES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	**2.363.854.199**	**13.214.795**
ATIVOS LIVRES NO FINAL DO EXERCÍCIO	**193.619.473**	**2.363.854.199**
AUMENTO NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES	**(2.170.234.726)**	**2.350.639.404**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A APS - Assistência Personalizada à Saúde Ltda. (Sociedade ou Operadora) foi constituída sob a forma de sociedade limitada, com sede à Rua 23 de Maio, 790 – Mezanino - Vianelo – Jundiaí/SP, com fins lucrativos, tem como objeto social a operação de planos privados de assistência à saúde e/ou odontológicos, individuais, familiares e coletivos, por meios de execução própria ou mediante a contratação e/ou credenciamento de terceiros legalmente habilitados, com registro junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar sob nº. 46070-8.

A Sociedade é controlada diretamente pela Amil – Assistencia Médica Internacional S.A. que a partir de dezembro 2021 detém 100% do capital social da APS.

Nossa missão é prestar assistência médica de qualidade com dignidade e ética, promovendo a saúde de forma integral e humanizada.

Em 2022 houve a cisão parcial na APS e incorporação da parcela cindida na Amil através do Protocolo de Cisão Parcial e Justificação (vide nota explicativa nº 25).

Em janeiro de 2022, a Amil transferiu à APS carteira de vidas formada pelos planos individual/familiares dos beneficiários residentes nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná (“Carteira de Vidas”).

Em fevereiro de 2022, a Agência Nacional de Saúde (“ANS”), aprovou a decretação da indisponibilidade das quotas da APS e das ações da Amil.

No mês de abril de 2022, a ANS determinou que a Amil se mantivesse como responsável pela Carteira de Vidas, devendo, portanto, a controladora reassumir a gestão da carteira.

Considerando que a ANS revogou a medida de indisponibilidade das quotas da APS e Amil, em setembro de 2022, não houve impedimento ou restrição à cisão.

Em novembro de 2021, a APS solicitou à Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”) a transferência voluntária total de sua carteira de beneficiários de planos contratação coletivo para a SOBAM Centro Médico Hospitalar S.A. (Companhia do mesmo grupo empresarial da AMIL). Em janeiro de 2022, foi autorizada pela ANS a transferência dos beneficiários, devendo ser considerada como data efetiva da transferência o primeiro dia do mês subsequente ao recebimento do ofício de autorização no caso efetivado em fevereiro de 2022.

2. Políticas contábeis

2.1 Base de elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Operadora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ("ANS"), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com o modelo de publicação estabelecido pela Resolução Normativa ANS nº 528/22.

Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), mas serão aplicáveis às operadoras de saúde somente quando aprovadas pela ANS. Destas normas apenas o CPC 11 – Contratos de seguros ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações contábeis. Dessa forma, esta demonstração contábil não pode ser considerada em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC.

A diretoria da APS revisou, discutiu, aprovou e autorizou a publicação das demonstrações contábeis em reunião realizada em 29 de março de 2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Sociedade.

2.3 Práticas e diretrizes contábeis

As principais práticas contábeis adotadas, para a elaboração e apresentação das demonstraçõescontábeis são as seguintes:

2.4 Reconhecimento da receita e custo com prestação de serviços

As receitas operacionais constituem-se basicamente das contraprestações pecuniárias geradas pelos beneficiários de seu plano de saúde que são apropriadas à receita considerando o períododе cobertura do risco pelo critério de pro-rata dia para apropriação da receita das contraprestações, quando se tratar de contratos com preços pré-estabelecidos na área de abrangência da carteira que se encontra em grupos de municípios em Jundiaí e região.

Os custos com os serviços prestados englobam os eventos indenizáveis, serviços médico-hospitalares e odontológicos prestados pela rede credenciada aos beneficiários e os custos coma operação da rede própria de assistência médico-hospitalar. Os eventos indenizáveis são reconhecidos com base na data de apresentação da conta médica pelos prestadores de serviçosmédicos e hospitalares, ajustados pela provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) que considera o montante esperado de eventos indenizáveis em riscos assumidos e não avisadosaté a data base das demonstrações contábeis.

2.5 Disponível

Inclui caixa e equivalentes de caixa, referem-se aos saldos positivos em conta movimento.

2.6 Aplicações Financeiras

Incluem aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas a provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar.

2.7 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Os créditos a receber com operações relacionadas de plano de assistência à saúde referem-se àsmensalidades previstas em contratos individuais/familiares e coletivo empresarial são reconhecidos pelo valor nominal.

2.8 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Sociedade

Os créditos por serviços não relacionados aos planos de saúde referem-se à prestação de serviços médicos, registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal.

2.9 Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção e avaliações. A depreciaçãoé calculada pelo método linear de acordo com o tempo de vida útil estimado dos bens, com taxas que variam de 4% a 20%.

Os itens são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou vendas. O valor resultante da baixa do ativo imobilizado é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.10 Arrendamentos

A Sociedade aplicou CPC 06 (R2) (IFRS 16) a partir de 1° de janeiro de 2022, conforme aprovação da ANS. A adoção inicial utilizou a abordagem modificada retrospectiva, sem calcular os efeitos retroativos a 2021 e, portanto, sem reapresentar os saldos do ano anterior.

A Sociedade também optou por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamento para os quais os prazos terminem dentro de 12 meses, a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento para os quais o ativo seja de baixo valor.

No início de um contrato, a Sociedade avaliam se o mesmo é ou inclui um arrendamento.

Quando aplicável reconhece os direitos de uso dos ativos arrendados e os passivos para o fluxo futuro dos contratos celebrados, pelo fato de serem eles que transmitem o direito de obter os benefícios sobre o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de aluguéis ou contraprestações.

Nos casos aplicáveis um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento. E nos casos aplicáveis também é reconhecido uma estimativa de custos para restauração a serem incorridos para desmontagem na entrega do ativo a condições requeridas pelos termos do contrato de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é depreciado pelo método linear a partir da data de início até o final do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros incremental calculada pela Sociedade. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao captar recursos por prazo e garantia semelhantes.

Abaixo os efeitos de direito de uso e passivo de arrendamento na adoção inicial

	Ativo	Passivo	Resultado
Adoção inicial -01/01/2022	402.099	402.099	-
Adoção inicial custo de restaurações (i)	212.930	-	-
Adições	19.677	19.677	-
Baixas	-	-	-
Pagamento	-	(275.239)	-
Juros	-	39.430	(39.430)
Depreciação	(623.311)	-	(623.311)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**11.394**	**185.966**	**(662.740)**

(i) O passivo da provisão para custos de restaurações está reconhecido na rubrica de débitos diversos vide nota explicativa nº 9.
Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferentes.

2.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição, cessões de direito de uso e licenças de uso de software estão contabilizadasnesse grupo, por se tratar de bens incorpóreos, mas destinados a manutenção da entidade. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são amortizados a taxa de 4% a.a.

Os ganhos ou perdas resultantes das baixas ou vendas de ativos intangíveis são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido e o valor contábil do respectivo ativo, sendo reconhecido na demonstração do resultado.

2.12 Passivos contingentes

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não provisionados e nem divulgados.

2.13 Imposto de renda e contribuição social corrente

A provisão para os tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício, sendo que o lucro tributário diverge do lucro apresentado na demonstração do resultado, pois é ajustado por adições e exclusões, conforme determinado pela legislação fiscal vigente.

2.14 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Constituídas de acordo com pronunciamentos emitidos pela ANS, estas provisões são representadas pela (i) Provisão de Contraprestação Não Ganha (PCNG), constituída pela parcela de contraprestação referente ao período de risco a decorrer no mês de competência; (ii)Provisão para remissão, constituída em função do falecimento do titular do plano para permanência dos dependentes deste por até sessenta meses. A metodologia de cálculo tem como base a estimativa de sinistros futuros dos beneficiários e leva em consideração a expectativa de permanência destes no plano até a sua saída. Os custos médios destes beneficiários estão estabelecidos em nota técnica atuarial e levam em consideração a faixa etária e taxa de juros (Selic) como premissas de cálculo; (iii) Provisão de Eventos a Liquidar (PEL), calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde recebidas pela Sociedade. Inclui o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS); (iv) Provisão de Eventos Ocorridose Não Avisados (PEONA); e (vi) Provisão para Insuficiência de Contraprestações (PIC), essasduas últimas provisões constituídas com base em metodologia estabelecida pela ANS**.** Em 2022, foi necessária a constituição da PIC, com base em metodologia estabelecida pela ANS e com metodologia própria a partir de novembro 2022.

2.15 Receitas antecipada de contraprestação

Basicamente, contraprestações emitidas e pagas antecipadamente ao seu período de cobertura.Este passivo está representado pela obrigação de prestar serviço e caso não se concretize, pela devolução do dinheiro recebido.

2.16 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

A Sociedade classifica seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos nas seguintes categorias:

- Valor justo por meio do resultado – Ativos financeiros adquiridos e mantidos com o propósito de negociação no curto prazo, mensurados ao valor justo, com ganhos e perdas decorrentes da variação valor justo reconhecido no resultado financeiro do exercício. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante.

- Recebíveis – Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

  Os recebíveis compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custoamortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

- Impairment de ativos financeiros - A Sociedade avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Os prejuízos de impairment são incorridos como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

  Mediante avaliação da existência de evidência objetiva de perda por impairment, a Sociedade mensura a provisão, reduzindo o saldo contábil ao seu valor recuperável e reconhecendo o valor da provisão na demonstração do resultado.

  Se num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e essa diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido, a reversão da perda por impairment será reconhecida na demonstração do resultado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados nas categorias: mensuradas ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros:

- Valor justo por meio do resultado - Registrados inicialmente ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado calculado pelométodo da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no custo efetivo.

- Outros passivos financeiros – Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Sociedade tem como fornecedores entre os passivos financeiros não derivativos.

A Sociedade baixa seus passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado do exercício.

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade não realizou nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, operaçõescom instrumentos financeiros derivativos ou qualquer outra operação de caráter especulativo.

2.17 Teste de adequação de passivos – TAP

Nos exercícios de 2022 e 2021, a Resolução Normativa – RN nº 435/18 da ANS trouxe mudanças relevantes para o mercado de planos de saúde, como a obrigatoriedade da realizaçãoanual do Teste de Adequação de Passivo (TAP) para as operadoras de grande porte – aquelas com mais de 100 mil beneficiários – sendo os resultados da TAP evidenciados nas Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis, como a Sociedade está classificada em médio porte,não estamos obrigados a publicar os testes.

2.18 Estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza reativa a essas premissas e estimativas podelevar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo em períodos futuros. As estimativas que tiveram efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis referem-se a:

a) Provisões para ações judiciais

A Sociedade reconhece a provisão para ações judiciais tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas. Estas provisões são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável pelos seus assessores jurídicos. O registro das provisões para ações judiciais ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as provisões para ações judiciais serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorreremou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Sociedade, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data em quetais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legalbrasileiro, bem como em outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

b) Provisão de eventos ocorridos e não avisados

A Sociedade constitui mensalmente Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) para fazer frente aos pagamentos dos eventos ocorridos e não registrados contabilmente. O valordesta provisão é estimado conforme cálculo atuarial próprio.

c) Provisão para perdas sobre créditos

A Sociedade considera para cálculo da provisão para perdas esperadas sobre créditos os diferentes riscos de acordo com as peculiaridades de cada segmento, como segue:

- **Contraprestações pecuniária a receber** - A provisão para perdas estimadas sobre créditosde operações com planos de assistência à saúde é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias, para planos coletivos, e há mais de 60dias, para planos individuais.
- **Contas a receber de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde -** A provisão para perdas estimadas sobre créditos com operações de serviços médico-hospitalares é constituída com base no histórico de perdas com títulos emitidos contra convênios e particulares. A estimativa de perda é revisada periodicamente pela Administração para adequá-la à evolução da inadimplência dessas operações.

d) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de "impairment")

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável.

e) Arrendamentos

Os contratos da Sociedade não têm informações suficientes para determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada. Portanto, é utilizada como taxa incremental, a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar em captações para aquisições de ativos de valores similares com prazos, garantias e ambiente econômico semelhantes.

2.19 Novas normas contábeis emitidas e/ou revisadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Sociedade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros;
- Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis;
- CPC 48 – Instrumentos financeiros: adotado pela ANS, porém com vigência a partir do exercício de 2023;
- IFRS 10 (CPC 36(R3)) e IAS 28 (CPC 18(R2)) (alterações) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture;
- Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes;
- Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis.

A Sociedade não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Exceto quanto o CPC 50 – Contrato de seguros, não se espera que essas normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Sociedade.

Quanto ao CPC 50 – Contrato de seguros, o mesmo ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações contábeis. Dessa forma, no momento não é possível estimar quando a ANS irá aprovar este pronunciamento contábil do CPC e, nem tampouco, se a utilização do mesmo será de forma prospectiva ou retrospectiva para a elaboração das demonstrações contábeis.

Normas ANS

Resolução Normativa nº 518 de 29 de abril de 2022

Revoga a Resolução Normativa - RN nº 443, de 25 de janeiro 2019. Esta Resolução Normativa entro em vigor em 1º de junho de 2022.

Dispõe sobre adoção de práticas mínimas de governança corporativa, com ênfase em controles internos e gestão de riscos, para fins de solvência das operadoras de planos de assistência à saúde.

Resolução Normativa nº 528 de 29 de abril de 2022

Revoga a Resolução Normativa – RN nº 472 de 29 de setembro de 2021, Instrução Normativa nº 47 de 21 de julho de 2011 e a Súmula Normativa nº 18 de 21 de julho de 2011. Esta Resolução Normativa entrou em vigor em 1º de junho de 2022.

Dispõe sobre o Plano de Contas Padrão da ANS para as operadoras de planos de assistência à saúde e as administradoras de benefícios.

Normas que entrarão em vigor em 2023

Resolução Normativa ANS nº 574/2023 (“RN nº 574/2023”) de 28 de fevereiro de 2023, estabeleceu novos critérios para constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde. A mudança mais relevante foi relacionada ao FIC, que é o fator utilizado para obtenção do valor a ser constituído da provisão para incidência das contribuições. A Sociedade não espera impactos materiais com essa nova norma.

2.20 Efeitos da Pandemia de COVID-19

Durante o ano de 2022, vivenciamos uma fortíssima queda de novos casos e mortes em função da Pandemia de COVID-19. Mesmo neste cenário, a Sociedade continuou atenta às necessidades de seus beneficiários e pacientes, desta forma, fazendo os movimentos necessários para a entrega de serviços de excelência.

A Administração da Sociedade acredita que este cenário se manterá para o próximo ano, entretanto, continuará monitorando o comportamento da Pandemia, visando com isso agir prontamente caso o cenário se modifique. Até a data da emissão dessas demonstrações contábeis não foram identificados indícios de ocorrência de outros impactos econômicos e/ou financeiros em suas operações subsequentes.

2.21 Reapresentação dos valores correspondentes

Os valores relativos à demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, originalmente apresentados nas demonstrações contábeis aprovadas pela diretoria da Sociedade em 29 de março de 2022 e divulgadas em 30 de março de 2022, estão sendo reapresentados para fins de comparação, em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas, Retificação de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, em função da transferência voluntária total de sua carteira de beneficiários de planos contratação coletivo para a SOBAM Centro Médico Hospitalar S.A. Dessa forma, a demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi reclassificada para fins de comparabilidade para a rubrica de Operações Descontinuadas, de acordo com o CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operações Descontinuadas.

			31/12/2021
	Saldos originalmente apresentados	**Ajustes**	**Saldos ajustados**
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	**28.329.793**	**16.646.907**	**11.682.886**
Receita com operações de assistência à saúde	29.061.147	16.646.907	12.414.240
Contraprestações líquidas / prêmios retidos	29.061.147	16.646.907	12.414.240
(-)Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde operadora	(731.354)	-	(731.354)
Eventos indenizáveis líquidos	**(28.427.058)**	**(14.101.026)**	**(14.326.032)**
Eventos conhecidos ou avisados	(26.904.344)	(14.101.026)	(12.803.318)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	(1.522.714)	-	(1.522.714)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	**(97.265)**	**2.545.881**	**(2.643.146)**
Outras receitas operacionais de planos de assistência a saúde	1.003	-	1.003
Receitas de assistência à saúde não relac.com planos de saúde da operadora	**34.001**	**-**	**34.001**
Outras receitas operacionais	34.001	-	34.001
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	**(134.662)**	**-**	**(134.662)**
Outras despesas operacionais de com planos de saúde	(160.761)	-	(160.761)
Provisão para perdas sobre créditos	26.098	-	26.098
Outras despesas operacionais de assistencia à saúde não relacionada com planos de saúde da operadora	(382.751)	-	(382.751)
Resultado bruto	**(579.675)**	**2.545.881**	**(3.125.556)**
Despesas de comercialização	(443.979)	-	(443.979)
Despesas administrativas	(1.724.434)	-	(1.724.434)
Resultado financeiro líquido	**2.692.312**	**-**	**2.692.312**
Receitas financeiras	2.699.092	-	2.699.092
Despesas financeiras	(6.780)	-	(6.780)
Resultado operacional	**(55.775)**	**2.545.881**	**(2.601.656)**
Resultado antes dos impostos e participações	**(55.775)**	**2.545.881**	**(2.601.656)**
Imposto de renda	(22.056)	(22.056)	-
Contribuição social	(13.234)	(13.234)	-
Prejuízo proveniente das operações continuadas	**(91.064)**	**2.510.592**	**(2.601.656)**
Lucro líquido (prejuízo) proveniente das operações descontinuadas	**-**		**2.510.592**
Resultado líquido do exercício	**(91.064)**	**2.510.592**	**(91.064)**

3. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão registradas pelo seu valor de aplicação original, acrescidas dosrendimentos correspondentes do Certificado de Depósito Interbancários - CDI, com a remuneração média em 2022 de 104,79% (2021 de 117,35% do CDI) apropriados até a data do balanço, com base no regime contábil da competência, conforme segue:

	31/12/2022	**31/12/2021**
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		
Vinculadas (i)		
Santander - F.I - ANS	-	2.381.748
Bradesco FI ANS	-	66.205
Santander FI ANS II RENDA FIXA	-	3.406.829
Itau FI	273.122.116	-
Subtotal	**273.122.116**	**5.854.782**
Aplicações - Livres		
Santander - FIC FI PB VIP	-	12.132.119
Santander - FIQ DI (i)	-	2.351.708.644
Santander	193.619.473	-
Subtotal	**193.619.473**	**2.363.840.764**
Total	**466.741.590**	**2.369.695.545**

(i)A Sociedade, de acordo com as regras estabelecidas pela RN ANS nº 521/22, constituiu ativos garantidores em favor da ANS com aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, essas aplicações financeiras são compostas por quotas de fundos de investimento dedicados ao setor de saúde suplementar. Os ativos garantidores foram constituídos em montante suficiente como determinado pela ANS;

(ii) Em dezembro 2021 foi aplicado o valor de R$ 2.350.000.000 no Fundo de Investimento Santander FIQ DI, remunerado em CDI, para investimentos necessários à transferência da carteira de planos individuais e familiares. Em novembro de 2022 devido a cisão parcial entre Amil e APS parte dos recursos financeiros retornaram para a AMIL (vide nota explicativa nº 1).

4. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

O valor apresentado na rubrica Créditos com Operações de Assistência à Saúde referem-se a mensalidades de planos individuais e coletivos empresariais que a Sociedade tem a receber em31 de dezembro de 2022 e de 2021, já deduzido do saldo apresentado a provisão para perda esperada no recebimento dessas mensalidades. Abaixo apresentado:

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Planos médico-hospitalares		
Planos individuais	340.284	163.480
Planos coletivos (i)	56.646	645.508
Subtotal	**396.930**	**808.988**
(-) Provisão para perdas sobre créditos		
Planos individuais	(32.117)	(17.542)
Planos coletivos	(56.645)	(25.240)
Subtotal	**(88.762)**	**(42.783)**
Outros créditos de operações de assistência médico-hospitalar		
Outros créditos de op.de assist. médico hospitalar (ii)	-	71.607
Subtotal	**-**	**71.607**
Total Líquido	**308.167**	**837.812**

(i) Saldo remanescente decorrente dos planos coletivos transferidos integralmente para a parte relacionada SOBAM, integralmente provisionado como perda estimada.

(ii) Em decorrência da pandemia do COVID-19, a Agência Nacional de Saúde Suplementar– ANS, através do Comunicado nº 85 de agosto de 2020 suspendeu a aplicação do reajuste de planos de saúde por variação de custo (anual) e por mudança de faixa etária. Sendo a cobrança do reajuste efetivada ao longo do exercício de 2021. Em outubro de 2020, a ANS divulgou em seu sítio oficial um aviso com orientações quanto ao tratamento contábil do reajuste. Em conformidade com as alterações dadas pela ANS, a Sociedade efetuou o reconhecimento da receita em 2020, sendo que o pagamento será efetuado em 12 (doze) parcelas iguais e sucessivas a partir de março 2021, em 31 de dezembro 2021 restavam 2 (duas) parcelas para a totalização da recomposição, liquidadas em 2022.

4. 1. Composição dos valores a receber por idade de vencimento

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	175.797	**569.186**
Vencidos		
Até 30 dias	113.257	152.009
de 31 a 60 dias	27.232	32.742
de 61 a 90 dias	8.446	10.531
a mais de 90 dias	72.198	44.521
Subtotal:	**221.133**	**239.803**
Total:	**396.930**	**808.988**
PPSC	(88.762)	(42.783)
SALDO	**308.167**	**766.206**

4.2. Movimentação da provisão para perdas

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	(42.783)	(68.881)
Constituições e reversões	202.873	26.098
Baixas	(248.851)	-
Saldo no fim do exercício	**(88.762)**	**(42.783)**

5. Créditos tributários e previdenciários

Referem-se a impostos retidos sobre aplicações financeiras, antecipação de imposto de renda, contribuição social e valores pagos a maior com direito a compensação ou restituição.

	31/12/2022	31/12/2021
Créditos Tributários e Previdenciários		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	540.248	-
Imposto de Renda (i)	43.242.268	149.003
Antecipações de Imposto de Renda	-	430.365
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	128.792	9.726
Antecipações da Contribuição Social	-	105.826
Tributos pagos à maior ou indevidamente	-	1.846
Total	**43.911.308**	**696.766**

6. Imobilizado

O imobilizado está composto como segue:

		31/12/2022			31/12/2021		
Descrição	**Taxa de depreciação anual (%)**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido**
Hospitalares/Odontológicos							
Máquinas e equipamentos hospitalares	10%	56.817	(18.954)	37.862	56.817	(13.273)	43.544
Moveis e utensílios	10%	470	(381)	89	470	(334)	136
Subtotal		**57.287**	**(19.335)**	**37.951**	**57.287**	**(13.607)**	**43.680**
Hospitalares/Odontológicos							
Máquinas e equipamentos	10%	390	(321)	69	390	(282)	108
Equipamentos de informática	20%	10.098	(10.098)	-	10.098	(10.098)	-
Móveis e utensílios hospitalares	10%	16.899	(15.861)	1.037	16.899	(15.297)	1.602
Subtotal		**27.387**	**(26.280)**	**1.107**	**27.387**	**(25.676)**	**1.710**
Imobilizado em curso							
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4%	-	-	-	2.480	(771)	1.709
Direito de uso de arrendamentos		634.705	(623.311)	11.394	-	-	-
Subtotal		**634.705**	**(623.311)**	**11.394**	**2.480**	**(771)**	**1.709**
Total		**719.378**	**(668.926)**	**50.452**	**87.153**	**(40.055)**	**47.098**

Movimentação do Imobilizado:

Descrição	**Equipamentos, máquinas, móveis e utensílios**	**Outras Imobilizações**	**Direito de uso de arrendamentos**	**Total**
Saldos em 31/12/2020	**39.522**	**1.808**	**-**	**41.330**
Adições	12.076	-	-	12.076
Depreciação	(6.209)	(99)	-	(6.308)
Saldos em 31/12/2021	**45.390**	**1.709**	**-**	**47.098**
Adoção inicial			615.028	615.028
Adições	-	-	19.677	19.677
Baixas	-	(1.686)	-	(1.686)
Depreciação	(6.332)	(23)	(623.311)	(629.666)
Saldos em 31/12/2022	**39.058**	**-**	**11.394**	**50.452**

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Sociedade não constatou a necessidade de contabilização de provisão para perdas sobre esses ativos (“impairment”).

7. Provisões técnicas

As Sociedades de Plano de Assistência à Saúde são obrigadas por Lei a constituírem Provisões Técnicas exigidas pelo Órgão Regulador ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, cuja contabilização está atualizada pela regulamentação vigente, estando devidamente suportadas por Ativos Garantidores Vinculados à ANS, quando aplicável, e lastreadas por outras aplicaçõesnão vinculadas.

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de contraprestação não ganha	289.848	359.842
Provisão de insuficiência de contraprestações	2.804.082	-
Provisão de eventos a liquidar para SUS	110.939	46.482
Prestadores de serviços assistenciais	1.019.401	2.691.063
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (i)	21.098.581	2.264.664
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA-SUS)	238.589	251.099
Total	**25.561.440**	**5.613.151**
Circulante	25.561.440	5.613.151
Total	**25.561.440**	**5.613.151**

(i) O valor da provisão para eventos ocorridos e não avisados PEONA segue em declínio devido a volta da carteira de individual para a Amil, em dezembro constavam eventos já ocorridos e não avisados pelos prestadores de serviços relativos a essa carteira. Do total do saldo, R$ 19.275.432 é referente ao efeito da transferência da carteira para Amil e para a Sobam.

7.1 Movimentação das Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	Provisão de contraprestação não ganha	Provisão de eventos a liquidar para SUS e outros prestadores de serviços assistenciais	Provisão de eventos ocorridos e não avisados	Total
Saldos em 31/12/2020	**369.081**	**1.540.028**	**993.049**	**2.902.158**
Constituições	31.894.853	59.188.257	1.569.693	92.652.803
Reversões	(31.904.091)	-	(46.979)	(31.951.071)
Baixas / pagamentos	-	(57.990.738)	-	(57.990.738)
Saldos em 31/12/2021	**359.842**	**2.737.547**	**2.515.763**	**5.613.151**
Constituições (i)	47.140.265	1.551.542.720	428.819.016	2.027.502.001
Reversões	(47.210.258)	(281.749.458)	(409.997.609)	(738.957.326)
Baixas / pagamentos (ii)	-	(1.268.596.386)	-	(1.268.596.386)
Saldos em 31/12/2022	**289.848**	**3.934.422**	**21.337.171**	**25.561.440**

(i) Aumento devido a movimentação dos beneficiários da transferência da carteira Individual Amil, principalmente para outros prestadores de serviços;

(ii) Baixas ou pagamentos para outros prestadores de serviços relativos as vidas transferidas da carteira Amil.

7.2 Garantia das provisões técnicas

Os recursos garantidores vinculados das provisões técnicas da Sociedade estão aplicados deacordo com as determinações contidas na legislação vigente e estão compostos por:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos garantidores		
Aplicações financeiras vinculadas (i)	273.122.116	5.854.782
Total	**273.122.116**	**5.854.782**
Provisões Técnicas		
PEONA (ii)	21.098.581	2.264.664
PEONA - SUS	238.589	251.099
Eventos a liquidar avisados há mais de 60 dias	127.774	-
Eventos a liquidar para SUS	110.939	46.482
Total	**21.575.883**	**2.562.246**
Suficiência de vínculo dos ativos garantidores	**251.546.234**	**3.292.536**

(i) Aplicação financeira vinculada de acordo com as necessidades garantidoras após cisão parcial.

(ii) PEONA - Provisão de eventos ocorridos e não avisados, a variação ocorreu devido a transferência da carteira de planos individuais da Amil para APS. O saldo remanescente se refere a eventos já ocorridos e não avisados pelos prestadores de serviços até dezembro de 2022.

8. Tributos e encargos sociais correntes

Os tributos e contribuições foram apurados de acordo com o lucro real no que se refere a Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social, já os demais impostos como PIS, COFINS e ISSQN são apurados sobre o faturamento da Sociedade, o imposto de renda retidoe o valor descontado na fonte dos prestadores de serviços e o FGTS e Contribuição Previdenciária são encargos que incidem sobre a folha.

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ eCSLL	572.963	-
ISS	19.825	49.855
Contribuição Previdenciária	-	3.964
FGTS	-	2.164
Outros Impostos e Contribuições a Recolher	957	-
PIS e COFINS	-	93
Retenções na Fonte	30.739	53.465
TOTAL	**624.484**	**109.542**

9. Débitos diversos

A Sociedade tem obrigações trabalhistas a liquidar as quais incluem as Provisões de Férias que estão constituídas em montante suficiente para fazer frente às obrigações com os funcionários,por conta de férias vencidas e proporcionais, considerando, ainda, os encargos legais, o adicional de um terço até a data do balanço. Os fornecedores representam as aquisições a prazo de materiais e serviços.

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações com pessoal	36.588	40.748
Fornecedores	33.842	35.429
Alugueis a pagar	24.394	-
Arrendamentos (i)	185.966	-
Outros Débitos a Pagar (ii)	8.074.454	45.949
Total	**8.355.244**	**122.127**
Circulante	8.337.053	122.127
Não Circulante	18.191	-
Total	8.355.244	122.127

(i) Vide nota explicativa nº 10 – Arrendamentos.

(ii) Basicamente saldo a pagar para Amil devido ao compartilhamento da rede para atendimento aos beneficiários da carteira de plano individual transferidos para a APS.

10. Arrendamentos

Na adoção inicial do CPC 06 (R2) “Arrendamentos”, em 01 de janeiro de 2022, a Sociedade optou por mensurar os ativos de direito de uso por um valor presente igual ao passivo de arrendamento ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento acumulados que existiam na data de transição. A média ponderada da taxa incremental aplicada para os passivos financeiros do arrendamento é de 13,81%

Os arrendamentos contratados são apresentados abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**-**
Adoção inicial (passivo)	402.099
Atualizações contratuais (passivo)	19.677
Juros	39.430
Pagamento	(275.239)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**185.966**
Passivo circulante	167.775
Passivo não circulante	18.191
	185.966

Em decorrência da pandemia de COVID-19, nos contratos de arrendamento em que ocorreram impactos em redução ou suspensão de pagamentos e que em situação normal seriam provocadas modificações contratuais com alterações nos fluxos de caixa e revisão das taxas de desconto tratamos como pagamento variável.

11. Provisões para ações judiciais

A Sociedade constitui provisão para ações judiciais, inerentes ao curso normal das suas atividades movidas por terceiros, mediante ações civil, trabalhistas e tributárias. Essas contingências são avaliadas por advogados e quantificadas por meio de critérios que permitam a sua mensuraçãode forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor essas contingências classificadas como provável e contabilizadas estão demonstrados a seguir:

11.1. Ações judiciais com risco de perda provável

	31/12/2022	31/12/2021
Contingências Trabalhistas (i)	162.764	145.275
Contingência Civil (ii)	3.334.802	176.332
Total	**3.497.566**	**321.608**

(i) Reclamações trabalhistas, como vínculo empregatício e horas extra.

(ii) Basicamente, questões contratuais, como carência, cancelamentos de contratos, exclusão de cobertura e doenças pré-existentes. O aumento significativo é devido a transferência da carteira de plano individual da Amil.

Movimentação da provisão para ações judiciais

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	321.608	96.776
Constituições	3.619.535	330.266
Reversões/baixas	(443.577)	(105.434)
Sado no fim do exercício	**3.497.566**	**321.608**

11.2. Ações judiciais com risco de perda possível

A Sociedade classifica as contingências com prognóstico de perda possível com base em fatos específicos que a suportem, sempre levando em consideração a existência de jurisprudência pacificada, de documentos que comprovem a correção do procedimento da Sociedade e, que, portanto, não significará provável saída de recurso para pagamento.

A Sociedade não provisiona os valores envolvidos nesses processos, porém os divulga, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Contingência Civil	73.210	107.835
Contingência Regulatória (i)	3.310.611	-
Total	**3.383.821**	**107.835**

(i) Basicamente, questões contratuais, como carência, cancelamentos de contratos, exclusão de cobertura e doenças pré-existentes.

11.3 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais da Sociedade estão correlacionados às provisões e passivos contingentes. São garantidores de potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são registrados no ativo não circulante até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	278.453	-
Trabalhistas	256.520	-
Total	**534.973**	**-**

Em decisão unânime por ocasião do julgamento dos recursos extraordinários, em 8 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) fixou a tese de que uma decisão final, mesmo transitada em julgado nas relações tributárias deixará de possuir eficácia caso: (i) verse sobre tributos recolhidos de forma continuada; e (ii) o próprio STF fixe entendimento posterior em sentido contrário, em sede de repercussão geral. Na prática, caso o contribuinte não recolha determinado tributo por possuir a seu favor decisão definitiva que considere determinado tributo inconstitucional, deverá voltar a recolher tal tributo, respeitada a irretroatividade e anterioridade, após decisão do mesmo STF em sentido contrário.

A Administração da Sociedade avaliou a decisão e não identificou efeitos e possíveis impactos materiais que, consequentemente, deveriam ser relatados nas demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

12. Patrimônio líquido

12.1 Capital social

Em 27 de dezembro de 2021, foi aprovado o primeiro aumento do capital social da Sociedade no valor de R$ 11.033.822, com a emissão de 3.677.941(três milhões, seiscentas e setenta e setemil e novecentas e quarenta e uma) novas quotas, com valor nominal de R$ 3,00 (três reais) cada uma, mediante capitalização da conta de reserva de lucros e lucros acumulados.

Ainda em 27 de dezembro de 2021, foi aprovado o segundo aumento do capital social da Sociedade no valor de R$ 2.350.000.002, com a emissão a emissão de 783.333.334 (setecentase oitenta e três milhões, trezentas e trinta e três mil e trezentas e trinta e quatro) novas quotas, com valor nominal de R$ 3,00 (três reais) cada uma, quais são totalmente subscritas eintegralizadas pela Amil.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Sociedade totalmente subscrito eintegralizado era de R$ 2.364.345.825 representado por 788.115.275 (setecentas e oitenta e oitomilhões, cento e quinze mil e duzentas e setenta e cinco) quotas, com valor nominal de R$ 3,00(três reais) cada uma.

Em 26 de outubro de 2022, a administração da Sociedade e a administração da Amil celebraram o Protocolo de Cisão Parcial redução de capital, em decorrência da Operação, no valor de R$ 2.148.216.747,00 (dois bilhões cento e quarenta e oito milhões duzentos e dezesseis mil setecentos e quarenta e sete reais). Assim, o capital social da Sociedade, atualmente de R$ 2.364.345.825,00 (dois bilhões trezentos e sessenta e quatro milhões trezentos e quarenta e cinco milhões oitocentos e vinte e cinco mil reais), dividido em 788.115.275 (setecentos e oitenta e oito milhões cento e quinze mil e duzentas e setenta e cinco) quotas idênticas, com valor nominal de R$ 3,00 (três reais) cada uma, é reduzido para R$ 216.129.078,00 (duzentos e dezesseis milhões cento e vinte e nove mil e setenta e oito reais), com o consequente cancelamento de 716.072.249 (setecentos e dezesseis milhões setenta e duas mil duzentas e quarenta e nove) quotas, todas detidas exclusivamente pela sócia AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.;

Houve ainda aumento de capital no montante de R$ 200.000.001,00 (duzentos milhões e um real) representado pela emissão de 66.666.667 (sessenta e seis milhões seiscentas e sessenta e seis mil seiscentas e sessenta e sete) quotas de emissão da Sociedade, no valor nominal de R$ 3,00 (três reais) cada uma,

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Sociedade totalmente subscrito eintegralizado era de R$ 416.129.079 representado por 138.709.693 (cento e trinta e oito milhões, setecentas e nove mil e seiscentas e noventa e três) quotas, com valor nominal de R$ 3,00(três reais) cada uma.

12.2 Reserva de lucros

Em conformidade com o contrato social da Sociedade, os resultados apurados são distribuídos de acordo com o deliberado pelos quotistas. Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade registrou prejuízo de R$ 91.064, que foi totalmente absorvido pela reserva de lucros. Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade registrou o lucro de R$ 56.813.765, totalmente transferido para reserva de retenção de lucros.

13. Receitas de assistência à saúde não relacionada com planos de saúde da Sociedade

	31/12/2022	31/12/2021
Outras receitas operacionais		
Outras receitas	7.378	34.008
Total	**7.378**	**34.008**

Essa rubrica contábil refere-se substancialmente a prestações de serviços realizadas pela Sociedade.

14. Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde

	31/12/2022	31/12/2021
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde		
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	66.701	160.761
Despesas com Provisão para Contingências Civel - Regulatório	368.498	-
Provisão para perdas sobre recebíveis	334.972	(26.098)
Total	**770.171**	**134.662**

15. Outras despesas operacionais de assistência médica não relacionadas com planos de saúde da Sociedade:

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		
Serviços de terceiros	681.549	382.751
Total	**681.549**	**382.751**

16. Despesas administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal (i)	36.411	443.301
Serviços de terceiros (ii)	447.806	370.726
Localização e funcionamento (iii)	132.916	421.766
Depreciação e amortização	629.666	13.967
Tributos	49.975	48.539
Despesas com multas administrativas	924	-
Outras (iv)	237.404	426.136
Total	**1.535.101**	**1.724.434**

(i) Basicamente a variação ocorreu devido a transferência dos funcionários para outra unidade do grupo.

(ii) Serviços advocatícios, consultoria, teleatendimento, informática, entre outros;

(iii) Utilização e manutenção das instalações, como aluguel, água, luz, serviços de manutenção,limpeza, segurança e outros;

(iv) Composto substancialmente por perdas definitivas sobre créditos de planos individuais de processos indenizados.

17. Resultado financeiro líquido

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas financeiras		
Desconto concedidos	(315)	-
Despesas por pagamento em atraso	(355.883)	(2.884)
Imposto Sobre Operações Financeiras - IOF	(21.437)	-
Tarifas bancárias	371.520	(3.896)
Juros sobre arrendamentos	(39.430)	
Subtotal	**(45.544)**	**(6.780)**
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	2.085.689	2.595.342
Outras	771.868	103.750
Subtotal	**2.857.557**	**2.699.092**
Total líquido	**2.812.013**	**2.692.312**

18. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social(i)	(458.503)	(2.601.656)
Alíquota fiscal nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	**155.891**	**884.563**
Ajustes para apuração da alíquota efetiva		
Despesas indedutíveis (ii)	(320)	(3.129)
	-	-
Outras diferenças temporárias (iii)	(369.581)	(59.228)
Outros ajustes	24.000	(822.206)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**(190.009)**	**-**
Alíquota fiscal efetiva	**35,25%**	**-63,27%**

19. Seguros

A Sociedade não possuía seguros vigentes e contratados em 31 de dezembro de 2022.

20. Eventos médico-hospitalares - assistência médico-hospitalar, cobertura assistencial com preço pré-estabelecido - carteira de planos individuais/ familiares pós Lei nº 9.656/98

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de eventos médico-hospitalares - assistência médico-hospitalar do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do período até 31 de dezembro de 2022 está em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01, de 01 de novembro de 2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/98, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço preestabelecido, como segue:

				31/12/2022	31/12/2021
	Rede Própria	Rede contratada	Reembolso	Total	Total
Consultas médicas	-	890.436.930	-	890.436.930	821.834
Exames	-	420.256	685	420.941	1.620.445
Terapias	-	430.540	-	430.540	256.117
Internações	-	1.449.417	-	1.449.417	4.420.870
Outros atendimentos	-	327.657	-	327.657	2.174.624
Demais despesas	-	2.632	-	2.632	11.464
Total	**-**	**893.067.433**	**685**	**893.068.118**	**9.305.354**

21. Conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido as atividades operacionais

		Reapresentado
Conciliação do lucro líquido com caixa das atividades operacionais	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Lucro Líquido do exercício antes dos impostos	**(458.503)**	**(2.601.656)**
Ajustes:		
Variação da provisão para PPNG	(69.994)	(9.238)
Provisão de Insuficiência de Prêmios/Contraprestações	-	
Provisão para perdas sobre recebíveis e outros créditos	334.972	(26.098)
Provisão/reversão para PEONA	(441.515)	1.522.714
Depreciação e Amortização	629.666	9.309
Provisão (reversão) para ações judiciais	3.175.958	224.832
Juros sobre passivo de arrendamento	39.430	-
Outros	(72.483)	-
Operações descontinuadas	109.730.386	2.545.881
Resultado ajustado	**112.867.917**	**1.665.744**
Diminuição (aumento) nos ativos:		
Valores em trânsito	-	(1.981)
Aplicações Financeiras	(185.916.364)	(2.351.873.421)
Contraprestações Pecuniárias	660.911	(70.710)
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	71.607	256.120
Créditos Tributários	(60.731.635)	(553.977)
Bens e Títulos a Receber	(94.021.167)	(249.150)
Despesas Antecipadas	-	1.159
Depositos Judiciais e Fiscais	(534.973)	-
Variação das atividades operacionais-ativos	**(340.471.623)**	**(2.352.491.959)**
Aumento (diminuição) nos passivos:		
Provisões de Eventos a Liquidar	(1.607.206)	1.197.519
Débitos de Operações de Assistência a Saúde	17.670.303	(1.368)
Tributos e Encargos Sociais	514.942	68.072
Débitos Diversos	42.452.975	(13.761)
Outros	8.542	
Variação das atividades operacionais-passivos	**59.039.557**	**813.769**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(30.928.959)	(35.290)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**(199.493.108)**	**(2.350.012.446)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de Capital	200.000.000	2.350.000.002
Cisão Parcial do Capital Social		-
	-	-
Caixa líquido nas atividades de financiamento	**506.892**	**(12.444)**

22. Diferença do saldo de caixa e fluxo de caixa

22.1 Caixa

A diferença entre o fluxo de caixa e o disponível apresentado no balanço refere-se a valores em trânsito, que não fazem parte do saldo final de caixa, como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
CAIXA - Saldo Final DFC	**520.328**	**13.436**
Valores em trânsito	-	(410)
Total do disponível	520.328	13.846

22.2 Ativos livres

Os ativos livres expressos no fluxo de caixa direto estão compostos conforme abaixo apresentado:

-	31/12/2022	31/12/2021
Caixa DFC	520.328	13.436
Aplicações financeiras - Livres	193.619.473	2.363.840.763
Ativos livres - DFC	**194.139.802**	**2.363.854.199**

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

23.1 Considerações gerais

A Sociedade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associadosa estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Modelos e informações de mercado são utilizadas para estimar os montantes de valor justo, que podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade com destaque para disponibilidades incluem as aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores.

23.2 Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

23.2.1 Classificação

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores demercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requeremconsiderável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os principais ativos financeiros da Sociedade consistem em caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes que resultam diretamente de suas operações.

Os principais passivos financeiros da Sociedade referem-se a obrigações com fornecedores. Asprincipais obrigações com fornecedores e outras contas a pagar resultam diretamente das suas operações.

23.2.2. Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em umavenda ou liquidação forçada.

O valor justo das contas a receber e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Os valores justos e contábeis dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e suas respectivas classificações são os seguintes:

		31/12/2022
	Valor justo	**Valor contábil**
Ativos financeiros		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e bancos	520.328	520.328
Contraprestações pecuniárias a receber	308.167	308.167
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	466.741.590	466.741.590
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	25.561.440	25.561.440
Débitos diversos	8.355.243	8.355.243

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima seaproximam dos seus valores justos.

23.3 Gerenciamento de risco

A Sociedade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Sociedade destacam-se:

a) Risco de crédito

O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus clientes é atenuado pela venda a uma base pulverizada de clientes e pela possibilidade legal deinterrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período deinadimplência. A Sociedade também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicaçõesfinanceiras. Este risco é atenuado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos públicosde renda fixa e curto prazo de vencimento.

b) Risco de taxa de câmbio

Assim como as demais empresas atuantes no setor de saúde suplementar, a Sociedade tambémestá sujeita aos efeitos da variação cambial sobre os custos dos serviços prestados, tendo em vista que parte dos materiais médico-hospitalares estão vinculados à variação cambial.

c) Risco de liquidez

A Sociedade monitora o risco de insuficiência de recursos, administrando seus recursos financeiros de modo a garantir o cumprimento de suas obrigações no curto e longo prazo. Os índices de liquidez corrente e geral da Sociedade em 31 de dezembro de 2022 eram de 14,80 e 13,45.

24. Cisão parcial

Em novembro de 2022 houve a cisão parcial na APS e incorporação da parcela cindida na Amil através do Protocolo de Cisão Parcial e Justificação (vide nota explicativa nº 1).

A aprovação pela ANS da cisão parcial da APS ocorreu em novembro de 2022, com data-base de 30 de setembro de 2022.

A parcela cindida do patrimônio líquido da APS vertida para Amil é representada pelo acervo abaixo descrito na data-base de 30 de setembro de 2022.

	30/09/2022
	APS - assistência Personalizada à Saúde Ltda.
Ativo	
Ativo circulante	**(2.200.713.394)**
Disponível	(6.930)
Aplicações Financeiras	(2.088.870.320)
Créditos Tributários e Previdênciarios	(17.517.093)
Bens e Títulos a Receber	(94.319.052)
Ativo não circulante	-
Total do ativo	**(2.200.713.394)**
Passivo	
Passivo circulante	**52.496.647**
Débitos de Operações de Assistência a Saúde	17.661.761
Débitos Diversos	34.834.887
Passivo não circulante	**-**
Patrimônio líquido	**2.148.216.747**
Capital Social	2.148.216.747
Total do passivo	**2.200.713.394**

25. Efeitos no resultado das operações descontinuadas

Em atendimento ao CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operações Descontinuadas as operações abaixo foram classificadas na demonstração do resultado como operação descontinuada:

(i) Transferência em fevereiro de 2022 do total da carteira de beneficiários de planos contratação coletiva para a SOBAM Centro Médico Hospitalar S.A.

(ii) Transferência em abril de 2022 da carteira de beneficiários de planos contratação individual para Amil, portanto, a controladora reassumiu a gestão da carteira transferida originalmente para a APS em janeiro de 2022.

	31/12/2022	31/12/2021
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde	**995.971.938**	**16.646.907**
Receita com Operações de Assistência à Saúde	**1.029.375.632**	**16.646.907**
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	1.032.179.714	16.646.907
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	(2.804.082)	-
(-)Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde Operadora	(33.403.694)	-
Eventos indenizáveis líquidos	**(1.186.029.718)**	**(14.101.026)**
Eventos Conhecidos ou Avisados	(1.166.766.796)	(14.101.026)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(19.262.922)	-
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	**(190.057.780)**	**2.545.881**
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência a Saúde	5.376.751	-
Receitas de Assist.à Saúde Não Relac.com Planos de Saúde da Operadora	-	-
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	-	-
Outras Receitas de Prestação de Serviços de Administradora de Benefícios	-	-
Outras Receitas Operacionais	-	-
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência de Benefícios	-	-
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	**(2.252.126)**	-
Outras Despesas Oper.de com Planos de Saúde	(2.789.971)	-
Provisão para Perdas Sobre Créditos	537.845	-
Outras Despesas Oper.de Assist.à Saúde Não Relac.com Planos de Saúde da Operadora	-	-
Resultado bruto	**(186.933.155)**	**2.545.881**
Despesas de Comercialização	-	-
Despesas Administrativas	(7.173.316)	-
Resultado financeiro líquido	**282.307.698**	-
Receitas Financeiras	283.593.111	-
Despesas Financeiras	(1.285.412)	-
RESULTADO OPERACIONAL	**88.201.228**	**2.545.881**
Resultado Patrimonial	-	-
Receitas Patrimoniais	-	-
Despesas Patrimoniais	-	-
Resultado antes dos impostos e participações	**88.201.228**	**2.545.881**
Imposto de Renda	(22.583.112)	(22.056)
Contribuição Social	(8.155.838)	(13.234)
Prejuízo proveniente das operações continuadas	**57.462.277**	**2.510.592**
Lucro líquido (prejuízo) proveniente das operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	**57.462.277**	**2.510.592**